

ASSUNTO: Pedido de informação sobre a aplicação do artigo 46.º da Diretiva 2007/46/CE e do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 715/2007

A Comissão solicitou informação no âmbito do EU PILOT 8388/16/GROW relativo ao regime sancionatório previsto na Diretiva n.º 2007/46/CE, que estabelece um quadro para a homologação dos veículos a motor e seus reboques e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinadas a serem utilizadas nesses veículos (artigo 46.º) e no Regulamento (CE) n.º 715/2007, relativo à homologação dos veículos a motor no que respeita às emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais (artigo 13.º).

Naquele contexto, as autoridades portuguesas respondem ao pedido de informações mais detalhadas sobre as medidas de execução nacionais das obrigações previstas no artigo 13.º do Regulamento (regime sancionatório) acima referido em especial sobre as disposições relativas a cada uma das infrações enunciadas no n.º 2 do referido artigo 13.º.

R: No âmbito do quadro legislativo nacional respeitante à Diretiva n.º 2007/46/CE e ao Regulamento n.º 715/2007/CE esclarece-se o seguinte:

a) O artigo 114.º do Código da Estrada, no seu n.º 4, sanciona com coima de € 600 a € 3000, se for pessoa singular ou de € 1200 a € 6000, se for pessoa coletiva, o fabricante ou vendedor que coloque no mercado veículos, sistemas, componentes ou acessórios sem aprovação ou infringindo as normas que disciplinam o seu fabrico e comercialização.

b) A aprovação supra referida encontra-se regulada, designadamente, nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2010, de 12 de março, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 2007/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro, relativa à homologação dos veículos a motor e seus reboques, e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a serem utilizados nesses veículos e aprova o Regulamento que Estabelece o Quadro para a Homologação CE de Modelo de Automóveis e Reboques, Seus Sistemas, Componentes e Unidades Técnicas. Neste âmbito, inserem-se igualmente os diversos atos regulamentares enumerados na diretiva n.º 2007/46/CE, designadamente, o Regulamento n.º 715/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de, 20 de junho, relativo à homologação dos veículos a motor no que respeita às emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais (Euro 5 e Euro 6) e ao acesso à informação relativa à reparação e manutenção de veículos.

Consequentemente, o âmbito de aplicação do n.º 4 do artigo 114.º do Código da Estrada, que determina que "O fabricante ou vendedor que coloque no mercado veículos, sistemas, componentes ou acessórios sem a aprovação a que se refere o número anterior ou infringindo as normas que disciplinam o seu fabrico e comercialização é sancionado (...)", enquadra todas as normas que regem a aprovação dos veículos, sistemas, componentes ou acessórios ou que infringem as normas que disciplinam a sua comercialização, considerando-se, assim, que as infrações elencadas no n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 715/2007, inserem-se no âmbito daquela disposição do Código da Estrada, sendo genericamente, sancionadas nos termos ali previstos, concretamente:

- "A apresentação de declarações falsas durante *os procedimentos de homologação ou os procedimentos de retirada de circulação*" – a sanção está prevista no n.º 4 do artigo 114.º do Código da Estrada, no artigo 348.º-A do Código Penal e, quanto à retirada de circulação, no n.º 1, alínea j) do artigo 162.º do Código da Estrada;

- "A falsificação de resultados de ensaios para homologação ou verificação da conformidade em circulação" – a sanção está prevista no n.º 4 do artigo 114.º do Código da Estrada;

- "A retenção de dados ou especificações técnicas susceptíveis de conduzir a uma retirada de circulação ou a uma revogação da homologação" – a sanção está prevista no n.º 4 do artigo 114.º, e no n.º 1, alínea j) do artigo 162.º, ambos do Código da Estrada.

- "A utilização de dispositivos manipuladores" – a sanção está prevista no n.º 4 do artigo 114.º do Código da Estrada;

- "A recusa de concessão de acesso a informação" – a sanção está prevista no n.º 4 do artigo 114.º do Código da Estrada.

c) Neste contexto, entende-se que as referidas sanções encontram-se efetivadas e são dissuasoras da prática de infrações relacionadas com as obrigações que decorrem do enquadramento legal estabelecido no ponto 2, as quais impendem sobre os fabricantes ou vendedores.

d) As referidas sanções são tramitadas e instruídas nos termos do artigo 170º e seguintes do Código Estrada.

1. Esclarecimento quanto ao alcance das coimas previstas no Código da Estrada, isto é, se as mesmas devem ser entendidas como aplicáveis por infração ou por veículo.

a) As coimas previstas no Código da Estrada são aplicáveis por infração sendo que, para um determinado veículo, podem estar em causa uma ou mais infrações, consoante viole uma ou mais normas do Código da Estrada para o qual se comine uma coima.

b) O artigo 131.º do Código da Estrada estabelece que constitui contraordenação rodoviária todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal correspondente à violação da norma do Código da Estrada ou de legislação complementar e legislação especial para o qual se comine uma coima.

c) Mais se refere que, nos termos do Código da Estrada, quando existe uma pluralidade de infrações, as sanções aplicadas às contraordenações em concurso são sempre acumuladas materialmente, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 134.º do C.E. Tal, significa que, a coima única a aplicar é a soma das coimas aplicadas a cada uma das contraordenações verificadas.

Pelo exposto, reitera-se que, todas as disposições previstas, quer na Diretiva n.º 2007/46/CE, quer no Regulamento n.º 715/2007/CE, e que preveem a aplicação de sanções, estão previstas e salvaguardadas no artigo 114.º, 131.º 134.º e 162.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, na sua última redação, de forma eficaz, proporcionada e dissuasiva, quando praticadas, quer ao nível do fabrico, comercialização e colocação no mercado de veículos e componentes ou unidades técnicas, quer quando ao nível da circulação de veículos propriamente dita.

As autoridades portuguesas reiteram a sua disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos adicionais que a comissão considere necessários.